

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RE no RCD no AgRg nos EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº  
619.055 - SP (2014/0304178-4)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**  
**RECORRENTE : TATIANE TARIN**  
**ADVOGADO : SILVANA APARECIDA MARTINS - SP123859**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**INTERES. : ROSA MARIA DE OLIVEIRA**  
**ADVOGADO : ROBERTO MENDES DIAS - SP115433**

## **DESPACHO**

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por TATIANE TARIN, contra acórdão prolatado pela Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, assim ementado:

PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRAZO. ART. 258 DO RISTJ. CINCO DIAS. INTEMPESTIVIDADE. RECURSO NÃO CONHECIDO.

1. O agravo regimental deve ser interposto no prazo de 5 (cinco) dias, conforme estabelecido no art. 258 do RISTJ, o que não ocorreu neste caso.

2. No caso, a decisão que não conheceu dos embargos de declaração foi publicada em 26/4/2019, sexta-feira. O prazo para interposição o agravo regimental teve início em 29/4/2019 e expirou no dia 3/5/2019. Entretanto, o recurso foi protocolizado tão somente no dia 5/5/2019, portanto, fora do quinquídio legal.

3. Agravo regimental não conhecido (fl. 1816).

Formulado pedido de reconsideração, não foi conhecido (fl. 1833).

A Coordenadoria de Processamento de Feitos de Direito Penal certificou a ocorrência do trânsito em julgado, que se deu em 29.8.2019 (fl. 1841).

Em momento posterior ao efetivo trânsito em julgado e mesmo depois de já baixado o caderno processual, a peticionária interpôs o presente recurso extraordinário, protocolado eletronicamente em 30.8.2019.

Não há mais nada a prover na espécie.

Conforme se vê, o trânsito em julgado da decisão que não conheceu do agravo regimental da recorrente já foi certificado nestes autos, sendo manifestamente incabível o presente recurso.

A prestação jurisdicional, na espécie, foi exaurida, no que competia ao Superior Tribunal de Justiça e à Vice-Presidência desta Corte.

Feitas essas considerações, **fica determinado o arquivamento imediato de quaisquer outras manifestações, dispensando o envio de expediente avulso à Vice-Presidência. Baixem-se os autos caso ainda estejam no âmbito do STJ.**

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Intime-se.

Brasília, 1º de outubro de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA  
Vice-Presidente

